

# GDF quer mais tempo para os puxadinhos

Câmara Legislativa deve apreciar hoje à tarde projeto de lei que prorroga prazo para a regularização das invasões de áreas públicas

» HELENA MADER  
» LUÍSA MEDEIROS

Comerciantes da Asa Sul vão lotar a galeria do plenário da Câmara Legislativa hoje à tarde para acompanhar a votação do projeto de lei que prorroga em um ano o prazo para regularização dos puxadinhos. O texto, enviado na última segunda-feira pelo GDF, autoriza os empresários a se adequarem até 30 de abril de 2012. Pela legislação atual, eles precisam legalizar as ocupações de áreas públicas até o próximo sábado e, se a prorrogação não for aprovada ainda nesta semana, os lojistas ficarão sujeitos a multas e derrubadas. Até agora, apenas 33 dos 210 blocos comerciais da Asa Sul já tiveram os projetos aprovados e somente um está dentro das regras. O governo pediu aos deputados distritais da base aliada total prioridade ao tema, que deve ser analisado ainda hoje.

O GDF aguardava uma posição da Justiça para retomar as discussões sobre a aplicação da Lei Complementar nº 766/08, também conhecida como lei dos puxadinhos. Na semana passada, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios considerou a legislação constitucional. O Ministério Público do DF queria suspender as regras que preveem, entre outros pontos, a autorização para os comerciantes usarem até 6m de área pública no fundo das lojas dos blocos comerciais da Asa Sul.

A fim de justificar a apresentação do projeto para prorrogar o prazo, o governador Agnelo Queiroz alegou que o tema é de "interesse público". De acordo com Agnelo, "o problema de ordem urbanístico é antigo e complexo, devendo o governo apresentar propostas e alternativas de políticas públicas". O governador ressaltou ainda a importância de conceder um "prazo razoável" para garantir o cumprimento da lei e para "proteger o tombamento histórico do Distrito Federal".

Com o pedido de urgência de Agnelo Queiroz, os deputados distritais da base aliada se organizaram para colocar o projeto de lei em votação ainda hoje. Até parlamentares da oposição se engajaram, com o objetivo de defender os interesses dos comerciantes. Pelo menos quatro distritais receberam representantes dos empresários ontem à tarde e se comprometeram a dar prioridade ao tema.

Kléber Lima/CB/D.A Press



Comercial na 315 Sul: uns extrapolam limite de ocupação, enquanto outros nunca usaram os fundos das lojas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 19/8/08



Daniele Moreira: "A administração demora para analisar os projetos"

teram a dar prioridade ao tema.

O assunto ainda terá que passar pelas comissões de Assuntos Fundiários (CAF) e de Constituição e Justiça (CCJ). O relator será designado no plenário, pouco antes da votação. O tema foi tratado ontem, durante a reunião de líderes partidários. A prorrogação do prazo para regularização dos puxadinhos deve passar pela Casa sem grandes resistências. "A ideia é prorrogar em um ano o prazo e, até lá, estudar um aperfeiçoamento da lei dos puxadinhos", explicou o líder do governo na Casa, deputado Wasny de Roure (PT).

O presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, deputado Cláudio Abrantes (PPS), disse que pretende analisar a prorrogação, já que houve uma extensão do tempo previsto anteriormente para legalização. "Mas não vejo dificuldades em aprovar, porque o prazo acaba neste sábado e, se nada for feito, muitos comerciantes ficarão desamparados", comentou Abrantes.

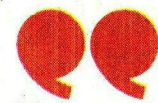
## Voz dos comerciantes

Enquanto a Câmara Legislativa discute o prazo para adequação à lei, a Administração de Brasília se prepara para acelerar o trâmite dos processos de regularização. A

análise estava parada, mas, de acordo com a administração, a suspensão foi decidida para aguardar o posicionamento do Tribunal de Justiça do DF. Amanhã, a partir das 8h30, o administrador de Brasília, Messias de Souza, vai se reunir com empresários e representantes de associações comerciais para discutir a aplicação da lei.

Messias explica que o objetivo é tirar dúvidas dos comerciantes e esclarecer detalhes da lei dos puxadinhos. "Alguns lojistas alegavam que havia uma insegurança jurídica, mas agora as normas estão definitivamente estabelecidas e é preciso que todos apresentem os projetos de regularização", explica o administrador de Brasília. "Há empresários que alegam dificuldades para fazer a adaptação das redes das concessionárias e, caso isso se confirme, vamos procurar o governo para tentar acabar com esses obstáculos", acrescenta Messias de Souza. Os comerciantes que nunca usaram área pública terão o direito de construir até o limite de 6m nos fundos.

Para representantes dos lojistas, o prazo de um ano pode não ser suficiente para resolver o problema. A presidente da Associação Comercial do Distrito Federal,



Alguns alegavam insegurança jurídica, mas agora as normas estão estabelecidas e é preciso que todos apresentem os projetos de regularização"

Messias de Souza, administrador de Brasília

Daniele Moreira, explica que os empresários dependem do governo para conseguir fazer a regularização. "A administração demora muito para analisar e aprovar os projetos. Mesmo que o corpo técnico seja reforçado, ainda assim será insuficiente. Até os pedidos serem liberados, teremos que esperar de seis a oito meses. Aí a temporada de chuva já terá começado e os empresários terão dificuldade para solucionar o problema", adverte.

O Ministério Público do Distrito Federal acompanha de perto todas as discussões sobre a aplicação da lei dos puxadinhos para evitar que prorrogações sucessivas inviabilizem a aplicação da legislação. Paulo José Leite, promotor de Defesa da Ordem Urbanística, diz que vai se reunir com o administrador de Brasília na próxima semana vem para discutir o assunto. O MP aceita um aumento do prazo, mas rechaça a tentativa dos empresários de estabelecer mais dois anos para a legalização. "Precisamos discutir a aplicação das normas como um todo. Além da autorização para ocupar os fundos, a lei prevê medidas importantes, como o isolamento acústico e a padronização dos prédios comerciais", comenta o promotor de Justiça.